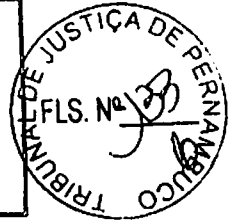




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS

Nº 211.171-5 – Recife (Vara dos Crimes contra
a Administração Pública e a Ordem Tributária)

233

IMPETRANTE:

José Augusto Branco e Hécio Ferreira de
Oliveira França

PACIENTE:

Marcos Buarque Lira

RELATOR:

Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA:

Dra. Adriana Fontes

ÓRGÃO JULGADOR:

Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. INCABÍVEL ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1 – Estando o feito com a instrução encerrada, estando na fase de alegações finais, não há mais o que se falar em excesso de prazo, uma vez que é pacífico entendimento dos nossos tribunais no sentido de que a alegação de excesso de prazo é cabível durante a instrução criminal, em face da incidência da Súmula 52 do STJ.

2 – Ordem denegada. Decisão por unanimidade.

ACÓRDÃO

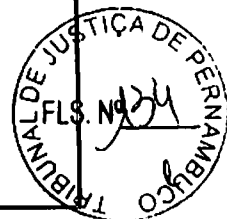
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 211.171-5 da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Comarca de Recife, em que figura como impetrante José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França e como paciente Marcos Buarque Lira, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em denegar a ordem no presente *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 19 de maio de 2010.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 211.171-5 – Recife (Vara dos Crimes contra a
Administração Pública e a Ordem Tributária) 234
IMPETRANTE: José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira
França
PACIENTE: **Marcos Buarque Lira**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Adriana Fontes
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de ***habeas corpus*** liberatório subscrito por José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França, em favor do paciente **Marcos Buarque Lira**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem para expedição de alvará de soltura em favor do paciente, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirmam os impetrantes que o paciente encontra-se preso e recolhido no COTEL em face de decreto de prisão preventiva exarado pelo Juiz de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital, nos autos da ação penal de nº 001.2009.145665-8 (NPU 0145665-84.2009.8.17.001).

Alegam que o paciente foi preso em 20/11/2009, estando encarcerado a mais de 120 (cento e vinte) dias, sem que a audiência de instrução e julgamento tenha sido realizada na sua plenitude, restando configurado o excesso de prazo.

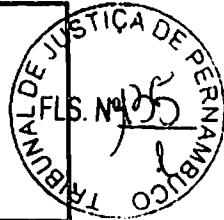
Os impetrantes aduzem que o paciente foi denunciado pelo Ministério Público em 15/12/2009 e que em 23/03/2010 foi realizada audiência de instrução e julgamento onde foram ouvidas 03 (três) testemunhas arroladas pela acusação, cujos depoimentos apontam para a improcedência da denúncia ante a inocência do paciente.

Acostados documentos de fls. 15/28.

O pedido liminar foi indeferido, conforme decisão de fls. 40/41.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Informações da autoridade coatora acostadas às fls. 48/53, acostando cópias dos documentos de fls. 54/119.

Parecer da Procuradoria, acostado às fls. 125/126, opinando pela denegação da ordem em relação à alegação da negativa de participação do paciente no crime e pela prejudicialidade do pedido no tocante ao excesso de prazo.

235

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o Relatório.

Recife, 16 de maio de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 211.171-5 – Recife (Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária) 236

IMPETRANTE: José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França

PACIENTE: **Marcos Buarque Lira**

RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Adriana Fontes

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

VOTO DO RELATOR

Pretendem os impetrantes a concessão da ordem para expedição do alvará de soltura em favor do paciente, alegando que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Inicialmente, cabe ressaltar que o do presente *writ* foi distribuído por prevenção em face do HC nº 208.694-8, desta Relatoria, que busca o trancamento da ação penal nº 001.2009.145665-8 (NPU 0145665-84.2009.8.17.001) sob alegação de ausência de justa causa para o recebimento da denúncia.

Das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, verifica-se que o paciente, juntamente com outras pessoas, foi denunciado pela prática do crime capitulado no art. 316 c/c art. 29 do CP, e, em conformidade com o parecer do Ministério Público, foi deferido o pedido de decretação da prisão preventiva do paciente e dos demais acusados formulado pelas autoridades policiais.

Noticiou o Magistrado de 1º grau que, em 16/12/2009, recebeu a denúncia e determinou a citação dos acusados para respondê-la por escrito no prazo de 10 (dez) dias, sendo o mandado de citação do paciente juntado aos autos devidamente cumprido em 11/01/2010, ocasião em que foi citado para apresentar resposta escrita à acusação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Em seguida, a defesa de Marcos Buarque Lira, ora paciente, ao invés de apresentar sua resposta preliminar escrita, juntou aos autos petição requerendo a 237
degravação das interceptações telefônicas e que a defesa e o acusado fossem novamente intimados para apresentação da resposta escrita.

O MM Juiz *a quo* informou que, em 09/02/2010, determinou a renovação da intimação da defesa do paciente para apresentação de resposta escrita à acusação no prazo de 10 (dez) dias, sendo a referida resposta apresentada apenas em 22/02/2010.

Em 03/03/2010, foi designada audiência de instrução e julgamento que, em virtude do número de réus e da quantidade de testemunhas, foi dividida em dois dias: 16/03/2010 para oitiva das testemunhas arroladas na denúncia, e 23/03/2010 para oitiva das testemunhas de defesa e demais atos processuais.

Acrescenta que a defesa do paciente peticionou nos autos, interpondo embargos de declaração com efeitos infringentes, os quais, após parecer contrário do Ministério Público, foram rejeitados. Depois, apresentou petição no processo requerendo o adiamento da audiência marcada para o dia 16/03/2010, o que foi deferido, sendo designada para o dia 23/03/2010. Em 22/03/2010, a defesa requereu a suspensão da referida audiência, sendo tal pleito indeferido, realizando-se a audiência de instrução e julgamento no dia 23/03/2010, onde foram ouvidas testemunhas arroladas na denúncia e determinada sua continuação para o dia 31/03/2010.

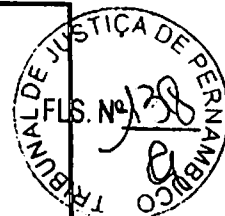
Informou a dita autoridade que foi realizada a continuação da audiência no dia 31/03/2010, ocasião em que foi ouvida a testemunha de acusação que faltou na anterior, tendo a defesa desistido de ouvir as testemunhas arroladas, e foi marcada para o dia 14/04/2010 a realização dos interrogatórios dos réus.

Informou ainda que, após interrogatório dos réus, a defesa do paciente requereu "um prazo razoável" para se manifestar acerca do interesse ou não do requerimento de diligências, no entanto, foi indeferido e foi determinado abertura de vista dos autos às partes para apresentação de alegações finais em forma de memoriais.

Por fim, esclareceu que em favor do paciente Marcos Buarque Lira já foram impetrados outros dois *habeas corpus*, sendo um denegado por essa 2ª Câmara Criminal (HC nº 205.149-6) e outro aguardando julgamento (HC nº 208.694-8).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



De início, impende esclarecer que o período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, servindo como parâmetro para verificação do excesso, de forma que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

238

HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO ATIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA (1 ANO E 4 MESES). INEXISTÊNCIA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. ORDEM DENEGADA.

1. A complexidade do processo, a pluralidade de pessoas envolvidas ou mesmo as dificuldades de natureza técnica na produção das provas pode impedir que o trâmite do processo seja concluído no lapso temporal que se deseja, justificando-se, assim, em certos casos a delong processual.

2. O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

3. Encontrando-se o processo, conforme as informações atualizadas, em fase de alegações finais (art. 500 do CPP), cabível a incidência da Súmula 52/STJ, segundo a qual encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

4. Habeas Corpus denegado; o MPF manifestou-se pela denegação da ordem, com recomendações ao Juízo processante para promover celeridade ao feito. HC 86082 / PA HABEAS CORPUS 2007/0152214-4/ 25/10/2007/DJ 19.11.2007 p. 260

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E RECEPÇÃO. EXCESSO DE PRAZO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO, INJUSTIFICADO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, porquanto variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade.

Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

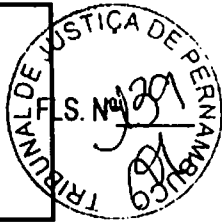
(HC 121605/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 22/06/2009)

No que se refere à alegação de excesso de prazo, de acordo com as informações contidas nos autos, verifica-se que a defesa do paciente contribuiu para o

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



eventual atraso no término da instrução criminal, visto que, citada, demorou a apresentar resposta escrita à acusação além de utilizar inúmeros recursos protelatórios.

239

Ademais, apesar do intuito protelatório da defesa do paciente e de se tratar de feito complexo com pluralidade de réus, o juiz processante concluiu a Instrução criminal em menos de 01 (um) mês. Assim, entendo que o trâmite processual em exame prossegue nos limites da razoabilidade, uma vez que o pequeno atraso não pode ser imputado ao Juízo ou ao Ministério Público, não estando configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

De outro lado, conforme se vê das informações contidas nos autos e em consulta ao processo através do *site* do TJPE, verifica-se que, no presente momento, a instrução encontra-se concluída, sendo determinada a apresentação das alegações finais das partes, o que já foi feito pelo Ministério Público.

Sendo assim, estando o feito com a instrução encerrada, não há mais o que se falar em excesso de prazo, uma vez que é pacífico entendimento dos nossos tribunais no sentido de que a alegação de excesso de prazo é cabível durante a instrução criminal, em face da incidência da Súmula 52 do STJ:

"Súmula 52. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"

Dessa forma, encontrando-se o feito com a instrução criminal concluída, não é mais cabível qualquer alegação de excesso de prazo na formação da culpa.

Ante o exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 15 de maio de 2010.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator